

CURRÍCULO ESCOLAR E JUSTIÇA SOCIAL: O CAVALO DE TRÓIA DA EDUCAÇÃO¹

SCHOOL CURRICULUM AND SOCIAL JUSTICE: THE TROJAN HORSE OF EDUCATION

PLAN DE ESTUDIOS DE LA ESCUELA Y LA JUSTICIA SOCIAL: EL CABALLO DE TROYA DE EDUCACIÓN

Joelson de Sousa Morais²

Jurjo Torres Santomé é pedagogo, catedrático de Didática e Organização Escolar da Universidade da Coruña (Espanha). Atualmente é Diretor do Departamento de Pedagogia e Didática desta mesma universidade, além de coordenador do Grupo de Investigações em Inovações Educativas (GIE), foi ainda professor da Universidade de Salamanca e Universidade de Santiago de Compostela (ambas na Espanha), e tem expressivos estudos e pesquisas na área de currículo, formação de professores e política educativa.

No livro “Currículo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação”, publicado pela editora Penso (2013), o autor traz uma análise das implicações curriculares na educação escolar focalizando os aspectos destoantes que inviabilizam uma prática pedagógica emancipatória e democrática como atributos da justiça social, em que muitos saberes e práticas acabam grosseiramente configurando-se como obstáculos, a um ensino comprometido com a sociedade e que permite às crianças, jovens e adultos em um processo de escolarização, possibilidades outras, inscritas numa transformação da realidade circundante numa perspectiva abrangente e potencialmente significativa, através da socialização solidária, consciente, crítica e reflexiva do saber cultural disponibilizado nos inúmeros contextos de formação presente na cultura humana.

¹ Resenha livre da obra: TORRES SANTOMÉ, J. *Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação*. Tradução Alexandre Salvaterra; revisão técnica: Álvaro Hypolito. Porto Alegre: Penso, 2013.

² Pedagogo. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Professor do Departamento de Educação do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: joelsonmorais@hotmail.com.

É importante mencionar que o livro é dividido em quatro capítulos no qual o primeiro aborda acerca das doze revoluções de nossa época, que retrata as modificações vertiginosas e globais que tem ocorrido em vários territórios e que tem abarcado e impactado diretamente a escola, a saber: Revolução nas tecnologias da informação e comunicação; revolução na comunicação, revoluções científicas; revolução na estrutura das populações das nações e dos Estados; revolução nas relações sociais; revoluções econômicas; revoluções ecológicas; revoluções políticas; revoluções estéticas; revoluções nos valores; revoluções nas relações de trabalho e no tempo de lazer; e, revoluções na educação.

No primeiro capítulo, que é a maior parte do livro, o autor elucida várias questões relacionadas as revoluções que anuncia, colocando fatores como as políticas neoliberais, a supremacia economicista e hegemônica do capitalismo e da ideologia e outros elementos como determinantes para a construção de um currículo fechado, que é imposto à escola e que deve ser seguido, tendo em vista o financiamento concedido pelos organismos internacionais que ditam as “regras do jogo”. Sua visão política e crítica do sistema educacional e das revoluções que ganham efervescência na sociedade, revela ainda experiências históricas e ao mesmo tempo atuais dos acontecimentos peculiares que vem acontecendo no território espanhol, e que algumas se aproximam do que vivem ou viveram outros países, nos âmbitos das revoluções que são apresentadas no livro.

Em todas elas (as revoluções já mencionadas) seus desdobramentos se deram (se dão) por meio de incompletudes, ambiguidades e avanços também, como é o caso das conquistas nos direitos humanos que alguns grupos sociais têm alcançado a exemplo dos direitos alcançados pelas mulheres, no âmbito da infância e das pessoas com necessidades especiais, etc., dentre outros exemplos a serem citados.

Convém ressaltar ainda que as abordagens realizadas pelo autor, sempre canalizam para os processos educacionais, situando esse contexto como uma instância que sofre os abalos e modificações que acontecem no seu exterior, mas que para ele retornam em práticas, mais precisamente em saberes e fazeres que são tecidos no cotidiano escolar e que determinam a qualidade educacional e humana das relações criadas/desenvolvidas nesta instituição materializadas no currículo escolar. Do mesmo modo, tudo que acontece na escola por meio do currículo que é trabalhado, retorna para a sociedade através das ações de seus atores que são os alunos e demais sujeitos.

Torres Santomé (2013, p. 163) não deixa de creditar que:

É preciso aceitar a pretensão de que o século XXI deve ser o século da justiça social, da paz, da compreensão e da solidariedade global e trabalhar

com isso. Nosso século deve se caracterizar pela empatia e compaixão, mas no sentido etimológico da palavra: sofrer juntos, compreender o estado afetivo e emocional do outro; seguir uma via que facilite aprender a valorização dos demais como iguais e o respeito a eles. Portanto, é preciso dar maior ênfase à educação das emoções, à compaixão como meio de fomentar a ajuda e à compreensão do outro.

É por meio dessa percepção de clareza e consciência que devemos ter, mas acima de tudo compreender, razão pela qual o autor apresenta como um desafio que deve ser superado por nós para que tenhamos uma educação mais sólida e uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática. E o currículo escolar, é, pois uma alternativa potencialmente significativa de se trabalhar o que tem ficado relegado a segundo plano durante o processo de ensino e aprendizagem, como as emoções, a valorização das diferenças, o respeito, a compreensão, a humanização em toda a sua complexidade.

No segundo capítulo tematizado “A finalidade dos conteúdos escolares: intervenções curriculares inadequadas”, as discussões são tecidas pelo autor levando em consideração as intervenções escolares que são realizadas no processo de ensino e aprendizagem, muitas vezes acontecendo de formas gritantes e ocultadoras de reflexões, questionamentos e problematizações que possam de fato permitir a construção de saberes complexos e necessários na educação e humanização dos sujeitos aprendentes que fazem parte da instituição escolar.

Nesse sentido, Torres Santomé (2013) traz algumas modalidades de intervenção que parecem ser determinantes e impactam o ensinar e aprender manifestadas nas práticas escolares marcando o currículo da instituição na promoção das aprendizagens. Entre as quais, as que se mostram mais visíveis são: segregação; exclusão; desconexão; distorção; psicologização; paternalismo-pseudotolerância; infantilização; como realidade alheia ou estranha; e, presentismo – sem história. Cada uma dessas modalidades que o autor traz, vai se perfilando na cultura escolar e demarcando o que e como deve ser aprendido, focando determinados saberes, sem a presença de maiores e consistentes elementos para que os aprendentes venham a estabelecer com o que estão aprendendo, o porquê e em que sentido se configuraria esses saberes de formação trabalhados na educação escolar.

Alguns dos exemplos apresentados pelo pensador espanhol, com relação as dimensões apontadas acima, refere-se ao livro didático que impõe saberes, valores, culturas, comportamentos e características humanas e sociais, além disso, demais questões que se apresentam ideologicamente, dando primazia nestes elementos em detrimento de outros, que

ficam inviabilizados, por não fazer parte do currículo escolar e, portanto, não possui a mesma importância.

Nessa mesma perspectiva Santomé (2013, p. 284) diz que: "Mediante a deformação, o silenciamento e a manipulação de determinados dados e situações, busca-se construir uma história e uma ciência na medida, ou seja, uma ciência racista, sexista, classista e homofóbica". Isto é, os sujeitos são educados/ensinados numa cultura deturpada, fechada e retrógrada, cada vez mais distante do contexto real com que se processa a escola, a educação, a sociedade, a vida.

A imposição curricular que o autor vem chamando a atenção por meio da opressão e exclusão, por exemplo, no que diz respeito ao não reconhecimento das diferenças dos saberes que são múltiplos, híbridos e se tecem em vários contextos de vida e formação, acabam bloqueando as potencialidades que poderiam ser fundamentais à democracia e a justiça social.

A inclusão destes inúmeros saberes, como o que os educandos sabem e tem de experiência; a valorização da cultura circundante; o estabelecimento de relações horizontais com o mundo, com inúmeras pessoas; o contato com expressões artísticas; as reflexões acerca do papel social de que cada sujeito possui na sociedade; uma visão e atuação consciente e política; em suma, o exercício da cidadania, são questões emergentes e necessárias para serem trabalhadas na escolarização, tendo como pressuposto básico as abordagens trabalhadas no currículo escolar.

Vale lembrar, que uma das ideias principais que o livro traz, no que se refere a inclusão, é a relação com os saberes que podem ser trabalhados na educação escolar por meio do currículo nas práticas pedagógicas de educadores nos vários níveis e etapas de ensino, ou como melhor pondera o autor: "Educar cidadãos democráticos e justos implica a reconstrução da imagem dos 'Outros', não somente para que se sintam respeitados e acolhidos, mas também, e muito especialmente, para que 'nós' possamos deixar de ser racistas" (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 276). Trata-se de um princípio que pode ser trabalhado pelos educadores consigo próprios primeiramente, para então viabilizar os processos de compreensão desses elementos abordando o binômio inclusão/exclusão no desenvolvimento das práticas cotidianas durante a escolarização.

A ampliação dos direitos humanos, a partir dos organismos internacionais e movimentos políticos e da sociedade civil, tem contribuído, sobremaneira, para maiores

discussões e práticas no âmbito das escolas e do próprio cotidiano existencial das pessoas que enfrentam as mais difíceis situações opressoras e excludentes na sociedade.

Trazer no currículo escolar as inúmeras diferenças e contextos que vivenciamos diariamente para além do currículo oficial e do que é imposto pelo sistema educacional, é uma forma de contribuir para a emancipação social, para a democracia, e conseqüentemente inclusão de toda e qualquer situação incoerente com os princípios éticos e humanos.

O terceiro capítulo o autor trata das relações entre “as escolas e as famílias nas sociedades democráticas”, apontando as diferentes constituições familiares que vem impactando nas relações sociais, afetivas e culturais dos sujeitos no processo de escolarização e que determina o sucesso ou fracasso escolar, dependendo de como essas questões são abordadas no currículo.

No que concerne ao último capítulo do livro tematizado “As escolas no contexto das sociedades educadoras: a necessidade de estruturas flexíveis e de conexão entre as atividades escolares e extraescolares”, o autor discorre acerca das redes que as escolas podem estabelecer com o mundo social mais amplo, para conectar-se com as mudanças, novidades e acontecimentos que possam se entrelaçar mutuamente e não pelo contrário, apresentar distanciamentos que apenas tornam mais difíceis a convivência em sociedade e a compreensão dos fenômenos que se processam cotidianamente em vários contextos.

Assim, o próprio envolvimento com a escola junto à comunidade, aos seguimentos políticos, empresariais, Organizações Não-governamentais só para elencar alguns, ajudam a construir e a trabalhar um currículo escolar mais plural, democrático e complexo sem esquecer a realidade que estamos vivendo atualmente, nos dando pistas e fontes de saídas dos conflitos e alcance de sucesso no currículo, e conseqüentemente na educação escolar.

Enfim, percebemos que a obra pode ser representada pela seguinte ideia enfatizada pelo autor:

As escolas e salas de aula são espaços nos quais as crianças aprendem a se conhecer, a trabalhar juntas e, portanto, a se socializar e conviver, seja qual for sua classe social de origem, sua nacionalidade, sua raça, seu sexo, suas capacidades, suas crenças religiosas e culturais e suas opções sexuais (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 65).

Para isso, se torna necessário um comprometimento social e político de educadores, famílias, órgãos públicos e privados, entre outros, na construção de um currículo escolar que promova e trabalhe a inclusão e respeite as diferenças, superando historicamente

as perdas que sofremos ao longo do tempo na educação, além disso, somos esquecidos pelas políticas públicas eficazes que poderiam se consolidar em busca da emancipação social, bem como na educação e na vida, trazendo um currículo potencialmente significativo, próximo da realidade.

Vemos que esta obra traz uma perspectiva abrangente acerca do currículo escolar, o que num primeiro momento pode não trazer muitas compreensões ao leitor, uma vez que aborda uma perspectiva híbrida, situando várias questões, buscando então estabelecer relações com o currículo escolar. Mas com o avançar da leitura vão surgindo pontos de reflexões, entendimentos e compreensões necessárias e relevantes que o leitor adquire.

Por outro lado, a abordagem plural e complexa que faz o autor, nos permite compreendermos que o currículo escolar não se realiza somente por meio de saberes que ficam explícitos e se materializam nas práticas pedagógicas de educadores nos processos de aprendizagem e ensino. Assim, o currículo escolar se faz e se desfaz em meio às práticas oficiais, como também aquelas práticas que não são visibilizadas, contribuindo para a inclusão, a valorização das diferenças e conseqüentemente a emancipação social, fundamentais ao desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos na sociedade em que vivemos.

Recebido em maio de 2015

Aprovado em julho de 2015